Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos pelo Defensor Público-Geral.

Art. 13. Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2018.

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, aos 02 dias do mês de março de 2018.

MURILO DA COSTA MACHADO
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 275, DE 12 DE MARÇO DE 2018.

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 23/03/2018 a 30/03/2018, das férias da servidora RÁFILLA THAYSSA CASTRO E PESSOA, Assistente Administrativo - Requisitado, matrícula nº 908414-2, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, concedidas por meio da Portaria nº 1389/2017, publicada no Diário Oficial nº 4.973, de 18 de outubro de 2017, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no período de 20/03/2018 a 27/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas-TO, aos 12 dias do mês de março de 2018.

ESELLAMARIS POSTAL
Subdefensora Pública-Geral

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO PREÇOS Nº 4/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2017**

PROCESSO Nº: 17.0.000000538-0
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 20/2017
OBJETO: Registro de Preços para eventual futura aquisição de material de papelaria, destinado ao atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.
ÓRGÃO GERENCIADOR: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
FORNECEDORES REGISTRADOS: DIGITAL DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ 03.452.072/0001-68), para o item 76, pelo valor total de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); CKS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP, CNPJ 08.978.381/0001-90, para os itens 3, 6, 8, 14, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 96, 98, 101, pelo valor total de R\$ 19.590,16 (dezenove mil, quinhentos e noventa reais e dezesseis centavos); PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA - ME, CNPJ 13.970.625/0001-28, para os itens 1, 5, 10, 11, 77, 79, pelo valor total de R\$ 2.335,80 (dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos); HB PRODUTOS ESCOLARES COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME, CNPJ 14.170.340/0001-75, para os itens 17, 18, 19, pelo valor total de R\$ 5.998,35 (cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos); JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO, CNPJ 22.077.847/0001-07, para os itens 7 e 54, pelo valor total de R\$ 6.895,00 (seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais); e LG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ 27.307.079/0001-54, para o item 44, pelo valor total de R\$ 490,20 (quatrocentos e noventa reais e vinte centavos).
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 03.122.1143.2188; 03.091.1173.2024; 03.091.1173.2336.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.
VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data da publicação do extrato.
BASE LEGAL: Lei 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 5.450/2005, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
SIGNATÁRIOS: Estellamaris Postal, Subdefensora Pública-Geral; Edvan Paiva de Souza - Digital Distribuidora Comércio e Serviços EIRELI - ME; Celso Saito - CKS Comércio de Materiais de Escritório LTDA - EPP; Rosângela Aparecida Caixeta Soares - Papelaria Dimensional LTDA - ME; Eliana de Holanda da Silva Barbosa - HB Produtos Escolares Comércio e Serviço LTDA - ME; José Dantas Diniz Filho - José Dantas Diniz Filho; e Luciano Augusto Feliciano de Oliveira Filho - LG Comércio e Serviços EIRELI - ME.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2018**

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, UASG 926040, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 99, de 24 de janeiro de 2018, torna público que fará realizar licitação, no dia 27 de março de 2018, às 08h:30min (oito horas e trinta minutos) horário de Brasília, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, pelo Sistema de Registro de Preços, com a finalidade de Contratação de empresa especializada em serviços de instalação, desinstalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, nos equipamentos de ar condicionado tipo split atendendo as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por um período de 12 (doze) meses. O Edital está disponível nos sítios: www.defensoria.to.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas, 12 de março de 2018.

Jefferson Lustosa Maciel
Pregoeiro

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO - CSDP Nº 171, DE 01 DE MARÇO DE 2018.

Altera a Resolução-CSDP nº 132, de 02 de outubro 2015 e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, Órgão de Administração Superior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009, e art. 102 da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, RESOLVE:

Considerando que as alterações ocorridas no Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública mediante a Resolução-CSDP nº 160/2017 tem reflexos na atuação da Corregedoria-Geral, resolve alterar o Regimento Interno deste órgão correccional nos seguintes termos

Art. 1º O §6º do artigo 2º da Resolução-CSDP nº 132, de 02 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§6º Ocorrendo vacância, o Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 03 (três) dias, convocará eleições para término do mandato, nos moldes do *caput* deste artigo.

Art. 2º O artigo 5º da Resolução-CSDP nº 132, de 02 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O Corregedor-Geral atuará por meio de atos, Portarias, ofícios, certidões, decisões, recomendações, relatórios e despachos.

Art. 3º O §3º do artigo 39 da Resolução-CSDP nº 132, de 02 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§3º O Defensor Público em estágio probatório deverá ser cientificado do resultado de cada etapa avaliativa, podendo, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso para o Conselho Superior.

Art. 4º O *caput* do artigo 74 da Resolução-CSDP nº 132, de 02 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74. Da decisão proferida pelo Defensor Público-Geral caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 30 (trinta) dias, por uma única vez.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 01 de março de 2018.

MURILO DA COSTA MACHADO
Presidente